

O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude.

Clarice Cassab.

Cita:

Clarice Cassab (2007). *O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1729>

O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude

Clarice Cassab

Esse trabalho tem como objetivo situar a definição de juventude nas suas dimensões temporais e espacial. Ou seja, mostrar de que forma vem sendo tratado e pensado os jovens e a condição juvenil ao longo do tempo histórico. A intenção é mostrar como essa categoria é carregada de sentidos que denotam momentos específicos da história social. Sendo, portanto, uma categoria socialmente construída.

A definição de juventude não se constitui uma tarefa fácil. A princípio, é possível delinear três grandes concepções que norteiam o conceito de juventude. Uma primeira que procurará definir juventude a partir de um recorte etário – entre 15 e 24 anos, no caso da OMS. A segunda relaciona a juventude a uma fase de transição. Uma passagem entre a infância e a vida adulta. Por fim, uma última concepção que associa a juventude a um eterno devir. A um projeto de futuro, sendo portanto, negado o presente.

A primeira concepção adota diferentes faixas de idades que definiriam os diversos momentos da vida. Variando de acordo com as instituições e organizações que as definem, essa concepção é ainda central em muitos dos estudos sobre juventude. Camarano (2004:9), referindo-se a faixa de 15 a 24 anos definida pela Organização Mundial de Saúde como aquela correspondente a juventude, afirma que:

(...) o limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior diz respeito ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando assim, de forma simplificada, a transição para a fase adulta.

Para Groppo (2000:74), uma das características da sociedade capitalista industrial do século XIX foi criação de uma “cronologização do curso da vida individual, buscando um critério objetivista e naturalista para a determinação da idade de cada indivíduo e tentando delimitar científica, jurídica e criminalmente, estágios da vida baseados nessa idade cronologizada individualmente”. Esse critério foi, ainda de acordo com o autor, determinante para a redução das diferenças sociais e individuais a um denominador universal diante do qual o curso da vida dos indivíduos foi institucionalizado.

Essa concepção tendo como critério o corte etário acaba por “naturalizar” a juventude. Desconsidera-se que os grupos de idade (criança, jovem, adulto e idoso) são uma criação social e fortemente referendada aos processos de conformação da sociedade contemporânea.

Em realidade juventude constitui-se uma como categoria socialmente construída. O que significa afirmar que a noção e o entendimento do que seria esse momento da vida sobre a influencia dos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Sendo assim, o entendimento da juventude e de quem seria jovem modifica-se espaço e temporalmente.

Ao pensar juventude no mundo romano, de acordo com Fraschetti (1996), é possível estabelecer um corte etário que define como *puer* o indivíduo até os 15 anos. Estaria na *adulescentia* entre os 15 e os 30 anos e na *iuventa* dos 35 aos 40 anos. Idades muito díspares daquelas que comumente associamos a juventude e a adolescência. O prolongamento da adolescência e da juventude explica-se pela instituição do patrio poder, pilar da sociedade romana. Assim, em Roma

não apenas os pais têm sobre os filhos direito de vida e morte, como também o de alargar sob a própria *potesta* todas as fases da vida dos filhos, até que depois da morte dos pais, eles mesmos se tornem ‘pais de família’ para reproduzir e azeitar por sua vez mecanismos de poder idênticos aos que tinham experimentado (...) como se a adolescência e a juventude fossem idade prorrogadas de maneira fictícia com o objetivo de evidenciar a continuação da submissão dos filhos aos pais, detentores efetivos de todos os poderes (FRASCHETT, 1996:71).

Apesar desse prolongamento é possível determinar o início da entrada no mundo jovem, na sociedade romana, a partir do rito de passagem simbolizado pela troca da toga *praetexta* da infância pela toga viril, ocorrido por volta dos 15 e 16 anos.

A cerimônia do abandono da toga *praetexta* representava a entrada do jovem ao pleno direito enquanto cidadão livre. Precedido de um ritual doméstico o jovem era conduzido, em cortejo, para o Capitólio e o Fórum. A escolha desses lugares também é carregada de forte simbolismo já que ambos eram a “praça pública” onde era conduzida a vida pública da cidade. Esse momento representa o início da vida pública do jovem e da preparação para a vida adulta. Ao longo de um ano, e antes do serviço militar, o jovem passa pelo *tirocinium*. Nesse momento ele é conduzido aos conhecimentos de direito, de prática pública e da eloquência e retórica. Uma espécie de aprendizagem para a vida

adulta.

No mundo romano, portanto, a juventude assume um caráter de transição, momento de preparação para o mundo dos adultos e a vida pública. Por outro lado, esses jovens, conduzidos aos ensinamentos da vida adulta, partilhavam de uma certa tolerância por parte dos pais, assim “durante cinco ou dez anos, o jovem freqüentava prostitutas, tomava amantes, com um grupo de adolescentes forçava a porta de uma mulher de vida para uma violação coletiva” (VEYNE, 1989:37).

Mas é necessário frisar que ainda nesse momento não é possível falar de uma maioria legal ou da autonomia do indivíduo ao patrio poder. Será apenas a partir do século II d.C, com a constituição de uma nova moralidade, que instaura-se uma maioria legal. A partir de então a passagem “à idade de homem já não será um fato físico reconhecido por um direito habitual, e sim uma ficção jurídica: de impúbere passa a ser menor legal” (VEYNE, 1989:39). A partir de então é condenada muitas das atitudes juvenis até então toleradas. Enfatiza-se as benéficas de se controlar e reprimir os prazeres da juventude em prol de temperar o caráter. Casar cedo será indício que a pessoa não teve uma juventude depravada.

Por trás dessa nova moral estava a preocupação quanto a manutenção do patrimônio da família e a necessidade da proteção a propriedade pois “se a herança paterna demora, um púbere de catorze anos pedirá empréstimos a juros para pagar seus prazeres (...) e acabará devorando de antemão seu patrimônio” (VEYNE, 1989:40). Seria preciso limitar os poderes daqueles que, entendia-se, não teriam ainda as plenas capacidades de gerir os negócios familiares.

Por sua vez a juventude era reservada apenas aos jovens da pequena nobreza e de famílias de comerciantes. Assim, afirma Cassab, “a juventude é, por outro lado, um privilégio de certos segmentos em relação aos outros deles excluídos, e por outro lado, ao mesmo tempo, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade (...)” (CASSAB, 2001:66).

Já na Idade Média, a concepção de juventude não é nem uniforme e nem imóvel. Pastoureau (1996) apresenta uma divisão da sociedade associada as quatro estações. Seria a juventude medieval correlacionada com o verão, momento das tempestades e do calor. Um segundo sistema de classificação social, privilegiava a idade. Assim, a *adulescentia* correspondia dos 14 aos 21 anos e a *juventus*, dos 21 aos 35 anos. Contudo, adverte o autor, essas fronteiras seriam bastante flexíveis. A primeira classificação obedece a uma

lógica mais profana enquanto a segunda provém da cultura erudita e clerical.

Num caso ou noutro, a juventude na Idade Média era frequentemente associada à desordem. Os escritos pintam uma juventude turbulenta, ruidosa, violenta e perigosa. Jovens que não respeitam nada e transgridem a ordem social e moral, desprezando os valores estabelecidos e os mais velhos. Rossiaud (1991), em seus estudos sobre a prostituição na Idade Média, mostra como, entre 1436 e 1486, em Dijon, os jovens participaram de 85% do total das agressões sexuais contra mulheres. A ação desses jovens, em muitos casos, ocorria coletivamente, em grupos relativamente homogêneos. Jovens do sexo masculino com grande proximidade etária, solteiros, operários e filhos de pais com o mesmo ofício e idêntico *status social*. O que sugere, de acordo com o autor, o estabelecimento de um determinado perfil de rapazes jovens e protagonistas dessas ações agressivas e perturbadoras.

Referindo-se aos jovens na Itália medieval Pavan-crouzet afirma “que cada sociedade alimente uma imagem singular de seus “jovens” e de seus “velhos” é algo bastante óbvio. Mas interessante parece ser a definição sombria dos jovens que os diferentes textos do fim da Idade Média italiana deixam transparecer, vinculando esses *giovani* menos a uma função ou a papéis do que a comportamentos, em grande parte condenáveis” (PAVAN-CROUZET, 1996:192).

Diante disso, caberia ao restante da sociedade, a necessidade de discipliná-los, orientando seus corpos para os exercícios úteis e, sobretudo, casá-los, evitando, com isso a fornicação e o adultério (PASTOUREAU, 1996). Em realidade, o casamento era, desde a Antiguidade, o principal artifício utilizado para conter as explosões juvenis.

É interessante notar, que nesse período a regulação jurídica que delimitava a juventude romana desaparece. Diferente do mundo romano, a juventude não era mais vista como um período de preparação para a vida adulta. Na Idade Média eram critérios morais que delimitavam a definição do jovem. Esse momento a juventude passa a ser relacionada à liberdade e a violência e encerra-se com o casamento e a herança.

A partir dos séculos XVIII e XIX a juventude é percebida como uma etapa da vida na qual os indivíduos pertencentes possuiriam uma maneira de ver, sentir e reagir, próprias. Características que seriam específicas aos jovens. A partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida em que se desfruta de certos privilégios. Um momento entre a maturidade biológica e social.

Nesse momento, as escolas ganham importância para a criação de uma outra sociabilidade para além da família. O colégio torna-se o espaço da preparação para a vida

adulta, da disciplina e do controle maior dos adultos sobre a formação dos jovens. Controle esse que se manifesta não apenas pela coerção mas, principalmente, pela eficácia e pela técnica. Uma disciplina que “ênfatiza a modernidade dos conteúdos, a eficácia dos métodos e a qualidade sob todos os aspectos – religioso, moral e intelectual – do resultado final (...)” (AYMARD, 1991:492). Disciplina e controle que visam preparar o jovem para assumirem importantes cargos e profissões – muitas das quais previamente destinadas pela família – e que são asseguradas pela posição social, riqueza e pela rede de relações a qual faz parte.

Nesse momento que caracteriza o início da Era Moderna e fortemente impulsionado pela industrialização os jovens, filhos da burguesia, são liberados do trabalho. Entende-se esse período como uma transição na qual deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho.

Nesse momento se forjam algumas das concepções sobre juventude ainda hoje presentes. A juventude passa a ser associada a um período de “emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites” (CASSAB, 2001:70). Sentimentos que precisavam ser vigiados e controlados pelas instituições de ensino. Groppo (2000:57) afirma:

A criança e, em seguida, o jovem são submetidos a esta instituição que os isola do convívio promíscuo com os adultos, marca neles uma condição diferenciada (que justifica seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submete o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição).

Contudo a liberação do trabalho é destinada apenas aos jovens da burguesia. Aos filhos dos trabalhadores não era reservado o direito ao não-trabalho negando-lhe o momento de transição para a vida adulta. Precocemente inseridos no mundo do trabalho poucos terão a oportunidade de se submeterem as técnicas, conteúdos e métodos escolares, preparando-se para a vida profissional adulta. A oportunidade de retardar as responsabilidades da vida adulta não era para todas as classes sociais. A esses jovens, filhos dos operários restava pouca coisa além da obediência e da renúncia. Assim, afirma Cassab (2001:70), “a juventude, para eles, esvazia-se do sentido da esperança, permanecendo apenas o caráter de ameaça potencial, expresso por três qualificativos: a vagabundagem, a libertinagem e a rebeldia”. O que expressa a existência de um corte de classe na definição da juventude.

Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, excluídos da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinqüente.

Não apenas a escola mas, e principalmente, as ciências modernas, contribuíram para atrelar juventude a perversão. Para o autor, a modernidade inaugura o momento em que a juventude passa a ser considerada como um estágio perigoso e frágil da vida dos sujeitos. A partir de então os jovens são vistos como “propícios a contraírem toda espécie de males, doenças do corpo e da mente, perversão sexual, preguiça, delinqüência, uso de tóxicos etc. Esta concepção só veio colaborar no incremento do isolamento, vigilância e esquadrinhamento dos indivíduos durante sua infância e juventude” (GROPPO, 2000:58).

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) afirmam a importância da Psicologia e das ciências da saúde na construção dessa visão e entendimento da juventude. Para as autoras, nesse momento a adolescência se caracterizaria por atributos psicológicos e biológicos. Assim, mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas típicas desse período, seriam responsáveis por algumas das características próprias da juventude. Essas características são consideradas como próprias e intrínsecas a condição juvenil em que “qualidades e defeitos como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos de ser adolescente, constituindo uma identidade adolescente” (COIMBRA et. al, 2005:4).

Essa concepção de juventude, como um momento de transição para a fase adulta, no qual os indivíduos estão em eminente risco de se perderem, ainda se faz presente. Segundo Castro e Abramovay (2002), os jovens são frequentemente pensados como atores sem identidades, vontades, desejos e ações próprias. Nessa leitura, os jovens são definidos pela ausência e pelo que não seriam – nem crianças e nem adultos. Sujeitos que precisam ser constantemente vigiados, controlados e tutelados para que não se pervertam ou não se percam no mundo das drogas ou do crime.

Há, em realidade, uma representação contraditória da juventude e do significado de ser jovem. De um lado ela é lida como sinônimo de vitalidade, dinamismo e criatividade. Por outro, associada à violência e a delinqüência.

A juventude seria pensada por um dualismo. Ora percebidos como transgressores e delinqüentes, ora como peças modernizantes da sociedade, idealizados como esperança. Nessa concepção abandona-se o entendimento do jovem como agente do presente. Por trás

dessa idéia estaria a noção da juventude como uma fase da vida, uma transição.

Considerações finais:

Em todas as concepções inexiste a consideração que a categoria juventude engloba uma série de diferentes. A juventude não seria um bloco homogêneo daí a impossibilidade de se falar em juventude no singular. São tantas as juventudes quanto são as classes sociais, a etnia, a religião, o gênero, o mundo urbano ou rural etc. Posição defendida por Castro e Abramovay (2002: 25) ao afirmarem que “(...) definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça, etc”.

O que significa afirmar, em grande parte, que juventude é uma categoria socialmente construída e portanto presente na ordem social e não na natural. Daí sua mutabilidade ao longo da história. A juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais.

A busca, portanto, está em entender a juventude enquanto uma categoria social – e, portanto, constantemente sendo (re)pensada – dispondo-se como plural, desigual, distinta e diferente. O que significa negar a existência de uma juventude homogênea, singular. A juventude difere-se pelo corte de classe, etnia, renda e também territorial, pois, em consonância com Castro e Abramovay (2002), “a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra”.

Referências bibliográficas

AYMARD, M. Amizade e convivialidade. In. ARIES, P. e DUBY, G. História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991, v.3.

CASSAB, Maria Aparecida T. Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO, 2003.

COIMBRA, C., BOCCO, F. e NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. In. Arquivo brasileiro de psicologia, 57 (1-2): 2-12, 2005.

FRASCHETT, Augusto. O mundo romano. In. LEVI, G. e SCHIMITT, J.C. História dos

jovens I: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GROPPO, Luis Antonio. Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROSSMAN, Eloisa. La adolescencia cruzando los siglos. In. Adolescencia Latinoamericana., jul./sep. 1998, vol.1, no.2, p.68-74.

PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude atribuídos a representações dos jovens na imagem medieval. In. LEVI, G. e SCHIMITT, J.C. História dos jovens I: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

PAVAN-CROUZET, E. Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval. In. LEVI, G. e SCHIMITT, J.C. História dos jovens I: da antiguidade a era moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

ROSSIAUD, J. A prostituição na Idade Média. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

VEYNE, Paul. O império romano. In: ARIES, P. e DUBY, G. Historia da vida privada vol 1: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.